



CÂMARA DOS DEPUTADOS

GRUPO DE TRABALHO – REFORMA TRIBUTÁRIA

REQUERIMENTO Nº DE 2023

Requer a realização de audiência pública no âmbito do Grupo de Trabalho da Reforma Tributária, com a inclusão de especialistas e entidades da saúde.

Senhor Coordenador,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos dos art. 24 inc. XIII c/c caput do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados Federais-RICD, a realização de audiência pública a realizar-se conforme agenda deste Grupo de Trabalho, para debater a carga tributária nos setores de comércio e serviços farmacêuticos de saúde. Para essa audiência, sugerimos os seguintes convidados:

- Representante da Associação Brasileira do Atacado Farmacêutico - Abafarma;
- Representante da Associação Brasileira do Comércio Farmacêutico - ABCFarma;
- Representante da Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias - Abrafarma;
- Representante da Associação Brasileira de Distribuição e Logística de Produtos Farmacêuticos - Abradilan;
- Representante do Ministério da Saúde;
- Representante da Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon;
- Representante da Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - Idec;
- Representante da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor - Proteste.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apresentação: 04/04/2023 18:09:26.687 - GTSTN

REQ n.67/2023

JUSTIFICATIVA

A reforma tributária é um tema de grande relevância no Brasil e sua aprovação pode ter impactos significativos em toda a cadeia farmacêutica, atingindo diretamente o preço final dos medicamentos a serem ofertados ao consumidor. Atualmente, o índice de tributação de medicamentos está na casa dos absurdos 33%.

A complexidade do sistema tributário em torno dos produtos farmacêuticos precisa ser discutida. O setor possui alguns benefícios fiscais em torno do PIS e da Cofins, que podem acabar com a criação do imposto único, fazendo elevar ainda mais a carga tributária no setor, prejudicando, principalmente, o preço de medicamentos pagos pelo consumidor.

O secretário extraordinário da reforma tributária do Ministério de Fazenda, Bernard Appy, já afirmou que *“a reforma tributária deve prever que todos os serviços tenham tributação, mas com alíquotas diferenciadas”*. A partir disso, a definição dessas alíquotas será fundamental para garantir a sustentabilidade financeira de setores sensíveis, como a saúde. Podendo atingir no final a população usuária dos serviços de saúde e nos hospitais vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS), devido ao aumento de preços de produtos essenciais, como os medicamentos.

Nesse sentido, é fundamental que haja um diálogo aberto e transparente entre as autoridades e os representantes do setor farmacêutico, a fim de que sejam identificadas as principais demandas e preocupações do setor. Sendo assim, espero contar com a aprovação deste requerimento e a participação dos representantes indicados nas audiências públicas da PEC 45/2019.

04 de abril de 2023.

Deputado Mauro Benevides Filho

PDT/CE

